

Entre Bockharam e Babel: a gestão do espaço urbano natalense na Primeira República

Renato Marinho Brandão Santos¹

Recebido em agosto de 2013;
Aprovado em setembro de 2013.

RESUMO

O artigo tem como tema a gestão do espaço urbano. Objetiva analisar o papel da Intendência Municipal na formação de uma nova ordem urbana em Natal, entre os anos de 1904 e 1929. Para melhor compreensão do objeto de pesquisa, o marco inicial poderá ser recuado para 1890, especialmente na primeira parte deste artigo. Voltaremos para o estudo da Intendência Municipal, analisando como era regulado o seu funcionamento, a relação dessa instituição com o governo do Estado e os seus mecanismos de atuação na cidade. Analisaremos, também, a elite que administrou a cidade do Natal durante a primeira República, entendendo que a análise da formação de uma nova ordem urbana pela Intendência Municipal passa pela compreensão de quem foram os homens que estiveram à frente dessa instituição. Em seguida, discutiremos os limites da gestão municipal para pôr em prática os seus projetos para erguimento de uma nova Natal, especialmente entre 1904 e 1913. Por fim, analisaremos o processo de racionalização administrativa (burocratização), ocorrido na Intendência Municipal, bem como as mudanças experimentadas pela cidade durante a administração Omar O'Grady (1924-1929).

Palavras-chave: Natal; Intendência Municipal; ordem urbana.

ABSTRACT

The present article deals with the management of the urban space. It aims at surveying the role played by the Conselho de Intendência Municipal de Natal (Natal City Council) in the formation of a new urban order between the years of 1904 and 1929. For better understanding of the object of research, the milestone of the time span in this work was set in 1890, specifically in the first part of this article. We shall study the referred council with regard to

¹ Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade do Minho (Portugal), mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) – João Câmara.

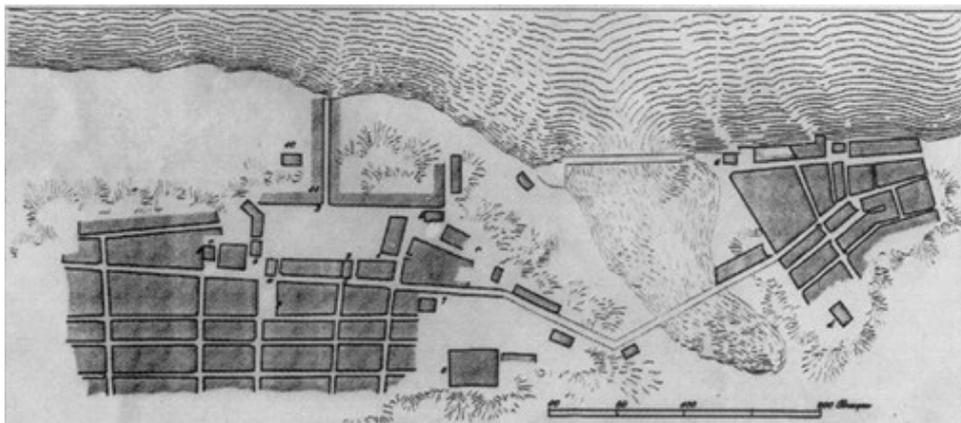
the regulation of its operation, its relations with the state government and its mechanisms of action in the city. It will also analyze the elite who governed the city of Natal during the First Republic having it clear that the investigation of the formation of a new urban order by the Municipal Board implies to know who led that institution. Then, we will examine the limits of the municipal management to put into practice its projects to create a new City of Natal, especially from 1904 to 1913. Finally, we will analyze the process of administrative streamlining (bureaucratization) occurred at the City Council, as well as the changes experienced by the city during the Omar O'Grady administration (1924-1929).

Keywords: Natal; Municipal Stewardship Council; urban order.

SOBRE A CIDADE DO NATAL E OS HOMENS QUE A GOVERNARAM NO INÍCIO DO REGIME REPUBLICANO

Em linhas gerais, a cidade da qual trataremos aqui tinha proporções modestas, população reduzida (cerca de 15.000 habitantes no final do século XIX, segundo CASCUDO, 1980, p. 76) e, em termos geográficos, era isolada por dunas e mares, o que dificultava sua comunicação com o restante do território potiguar. Mesmo a ligação entre os espaços intraurbanos era tênue, frágil. O historiador-memorialista Câmara Cascudo diria que Ribeira e Cidade Alta, os dois bairros então existentes, eram blocos à parte, quase sem conexão, o que gerava uma rivalidade entre seus moradores: os xarias, da Cidade Alta, não se entendiam com os canguleiros, da Ribeira (CASCUDO, 1980, p. 215-216). Desentendimentos e rivalidades, explorados por Cascudo em tom metafórico, que desapareceram aos poucos, na medida em que esses espaços foram se ligando, especialmente a partir da chegada do bonde, em 1908. Nesse mesmo período, a cidade ganhou um novo bairro, Cidade Nova, que foi sendo delineado aos poucos. Em 1920, veremos, a cidade apresentava novas formas. A representação abaixo, da segunda metade do XIX, mostra uma cidade claramente dividida em dois bairros, divisão que ainda marcava a capital potiguar no início do século XX.

Imagem 01: Mapa de Natal, elaborado por Gustavo Dodt em 1864, presente no Atlas do Império do Brasil.



Fonte: FERREIRA, et al; 2008, p.49.

Em fins do século XIX, era comum o questionamento ao título de capital dado à pequena e isolada Natal. A cidade, cercada por dunas e mares, tinha frágil comunicação com o restante do território potiguar. Na segunda metade do século XIX, o movimento do porto de Natal era facilmente sobrepujado pelo da vizinha Macaíba, que retirava da capital a força política e econômica. Natal era a capital de direito, Macaíba, capital de fato².

Henrique Castriciano, prestigiado intelectual da elite potiguar, refletindo sobre esse isolamento, apontaria suas consequências: um fraco desenvolvimento econômico e a criação de um tipo humano meio “acabrunhado”, matuto (SOUZA, 1907). No discurso dos líderes do movimento republicano no Rio Grande do Norte, o novo regime deveria romper com o atraso e o arcaísmo que marcaram o estado e sua capital nos tempos imperiais. A Intendência Municipal, instituição criada para gerir os negócios municipais em lugar da “decrépita” Câmara, com maior autonomia nos termos da lei³, deveria por Natal no rumo do progresso, mudando suas feições e reformando os hábitos de seus habitantes.

Devemos, antes de nos voltarmos para os projetos e ações desenvolvidas por essa nova instituição na capital potiguar, tratar, mesmo que brevemente, dos homens que a compuseram. Ao vermos que atividades desenvolviam na cidade, como se relacionavam entre si e com os

² Sobre o isolamento da capital potiguar nesse período, ver: ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940). Natal: Editora da UFRN, 2006. p. 121-135.

³ Referimo-nos ao art. 68, da constituição de 1891: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”. BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. 31p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.

que estavam a frente dos destinos do estado, entenderemos melhor como chegaram ao poder municipal e o que desejavam para a sua cidade⁴.

Esses homens, membros da elite local, deveriam gerir a cidade com relativa autonomia, com intervenção mínima do governo do Estado e outros poderes. Mas até que ponto esse discurso se fez sentir na realidade da administração municipal? O princípio de autonomia do município não seria mera retórica? Estas questões são feitas em uma carta aberta de autoria de Olyntho José Meira (MEIRA, 1951), ex-presidente da província do Rio Grande do Norte, convidado pelo então governador Adolpho Gordo a ser o primeiro presidente da Intendência do Ceará-Mirim, município vizinho à capital. Ao ver o decreto que criava a dita instituição, Meira percebeu que seria apenas um instrumento do governo do Estado, sem qualquer autonomia para gerir os negócios municipais. Isto porque o artigo V do dec. n. 8/1890 dava ao governador do Estado o direito de restringir ou mesmo suprimir as atribuições dadas à Intendência, bem como de substituir no todo ou em parte os membros dessa instituição (RIO GRANDE DO NORTE, 1896, p. 34).

Fabricio Gomes Pedroza, também conhecido por Fabrício II, foi o primeiro presidente da Intendência da capital potiguar. Era ele filho de Fabrício, “o Velho”, dono de um verdadeiro império na região de Coité (hoje, município de Macaíba, vizinho à capital), a casa comercial de Guarapes. Fabrício II, que era tio de Pedro Velho – principal líder do movimento republicano no estado e chefe do grupo familiar que governou o Rio Grande do Norte até 1914 – herdou os negócios do pai e por algum tempo os administrou, indo depois para a França, em 1906 e, em seguida, em 1910, para o Rio de Janeiro, onde faleceu (CASCUDO, 2002, p. 217-219; A REPUBLICA, 15 mar. 1906; 12 jul. 1907; 24 jan. 1910).

Em 1895, João Avelino Pereira de Vasconcelos (1837-1922), primo de Pedro Velho, assumiu a Edilidade. E, assim, tudo permanecia em família. Sabemos também, por intermédio do historiador-memorialista Cascudo, que Vasconcelos foi um dos braços de Fabrício I na casa de Guarapes (CASCUDO, 1989, p. 53-54). Tinha, em síntese, um perfil que parece ter sido um modelo para os intendentess: estava ligado ao grupo que comandava o estado e era nome de relevância no comércio local.

Os dados coletados em nossa pesquisa corroboram com a ideia expressa: dos 43 intendentess que identificamos⁵, ao menos 21 deles pertenciam aos mais variados ramos do comércio. A tabela abaixo apresenta dados sobre as atividades que eles exerciam:

⁴ Para a análise desses personagens, que compunham a elite local, tomamos como ponto de partida BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Tabela 01: os intendentess da cidade do Natal e suas atividades e profissões.

| Intendentes da cidade do Natal e suas atividades e profissões | |
|--|--------------------------|
| Atividades/ profissões | Nº de Intendentes |
| Comerciantes | 21 |
| Militares (Guarda Nacional e Exército) | 21 |
| Funcionários públicos estaduais | 11 |
| Professores | 6 |
| Religiosos | 3 |
| Bacharéis em Direito | 2 |
| Engenheiros | 1 |
| Farmacêuticos | 1 |

Fonte: elaboração do autor, com base em matérias de jornais, cartas de aforamento e livros de memórias.

Os comerciantes, boa parte deles lideranças em instituições como a Associação Comercial (entidade privada) e a Junta Comercial (entidade pública, formada por deputados do Congresso Estadual), foram presença maciça em todos os Conselhos de Intendência formados em Natal. Nossa hipótese é a de que, como homens de comércio, esses personagens tivessem na cidade o seu principal espaço de atuação, o que despertava neles o interesse em ingressarem na Intendência, instituição que tinha como uma das principais funções a regulação das atividades econômicas, como vimos pelo seu decreto de criação. Como intendentess, esses homens tinham o poder de criar leis e definir regulamentos que atingiam diretamente suas atividades. Quanto a isso, vimos que das resoluções municipais coletadas, quarenta e quatro por cento do total (75 resoluções) tratavam de questões relacionadas à economia e ao comércio locais.

O número de homens com patente é igualmente significativo. A maior parte deles, pelo que observamos em nossas fontes, eram membros da Guarda Nacional, fundada no Império. A patente era para eles mais um sinal de status, do que a representação de um ofício, visto que muitos deles eram também ligados ao comércio ou ao funcionalismo público. A

⁵ Os nomes dos intendentess foram coletados através das matérias de jornal e pelas resoluções municipais, reunidas e estudadas por meio do projeto de pesquisa *A institucionalização da gestão urbana: levantamento documental e análise das resoluções do Conselho da Intendência Municipal de Natal (1892-1930)*, cadastrado na Propeq-UFRN. Por meio dessas fontes, temos os nomes de 59 intendentess. Sobre 43 deles temos alguma informação, retirada dos jornais *A Republica* e *Diario do Natal*, cartas de aforamento e livros de memorialistas.

prevalência desses homens na Intendência, porém, é algo que, de qualquer modo, merece ser melhor estudada.

É de se ressaltar também que muitos dos nomes que analisamos ligavam-se por laços de amizade e compadrio, além dos laços familiares aqui já citados. Percebemos que muitos deles pertenceram às lojas maçônicas da cidade; outros tantos frequentaram os mesmos clubes, sociedades, a mesma escola, o que revela a coesão do grupo que esteve à frente da gestão da urbe. A tabela abaixo apresenta os nomes dos principais lugares frequentados por esse grupo e o número de intendentess a eles ligados:

Tabela 02: espaços de encontros dos intendentess de Natal.

| Espaços de encontros dos intendentess de Natal | |
|---|---------------------------|
| Espaços de encontros | Nº de intendentess |
| Lojas maçônicas (21 de Março, Evolução 2ª e Filhos da Fé) | 17 |
| Associação Comercial | 11 |
| Natal-Club | 11 |
| Atheneu | 9 |
| Sport-Club Natalense | 6 |

Fonte: elaboração própria, a partir de matérias de jornais e da obra *A maçonaria no Rio Grande do Norte* (SILVA; ESTEVAM; FAGUNDES, 1924)

Como se observa, muitos dos intendentess estavam ligados às lojas maçônicas locais, sendo “irmãos de fé”. Nelas, eles se encontravam com eminentes figuras da política no Rio Grande do Norte, como Tavares de Lyra e Ferreira Chaves, que dirigiram os destinos do estado em diferentes momentos. Na Associação Comercial, supomos, entravam em discussões que gerariam, tempos depois, novas resoluções para a cidade. Infelizmente nos faltam, porém, as atas das reuniões dessa e de outras sociedades locais.

Buscamos mostrar nessa introdução, em linhas gerais, o que foi a Intendência do Natal, suas atribuições e limites, e quem foram os membros que dela fizeram parte. Percebemos que essa instituição sofreu, inicialmente, com as barreiras impostos pela lei, em especial o decreto estadual nº8/1890, que a tornava um mero adendo do governo do Estado. Isto se conformava a uma política centralizadora imposta por Pedro Velho de Albuquerque

Maranhão⁶, líder do grupo familiar que comandou o Rio Grande do Norte até 1917. Não é à toa que os primeiros presidentes da Intendência eram parentes de Pedro Velho e os que se seguiram a eles – em especial Joaquim Moura, que governou o município entre 1900 e 1913 – mantinham fortes laços de amizade com os membros do dito grupo familiar.

Trataremos, doravante, das ações desses homens, intendentess da capital, na busca por uma nova ordem urbana para Natal. Apresentaremos duas fases distintas da gestão urbana, uma que vai de 1904 a 1924 e outra que parte deste ano e vai até 1929, observando que esses dois distintos momentos vividos pela Intendência relacionam-se diretamente com o perfil dos que compuseram essa instituição.

CIDADE OU CAMPO DE CRIAÇÃO?: A BUSCA POR UMA NOVA ORDEM URBANA EM NATAL

Começemos com uma imagem, a de *uma cidade subterranea*. É este o título de uma matéria publicada n’*A Republica*, em janeiro de 1904. O texto apresentava uma descoberta: no Azerbaijão, à margem direita do rio Amu Dária, arqueólogos desenterraram uma cidade subterrânea, escondida, isolada por uma cadeia de montanhas, Bockharam. Pela breve descrição feita na matéria, descobrimos sobre a cidade que “mede duas milhas de comprimento e compõe-se de um enorme labirinto de corredores, ruas e praças cercadas de casas e outros edifícios de um ou dous andares de altura. (...) (A REPUBLICA, 13 jan. 1904)”. Tomamos conhecimento também de que a cidade, pelos objetos que foram nela encontrados pelos pesquisadores, era bastante antiga, contando ao menos dois séculos de existência antes de Cristo. Mas o que Bockharam teria a ver com a Natal do início do século? Deixemos, por ora, essa questão de lado e partamos para a análise de outras fontes que falam dessa Natal da entrada do século XX.

⁶ Para uma análise das lutas empreendidas por Pedro Velho para consolidar-se, junto ao seu grupo familiar, como líder da República no Rio Grande do Norte, ver BUENO, Almir. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: Editora da UFRN, 2002. Câmara Cascudo – cujo pai, o rico comerciante Francisco Cascudo, foi também intendente e tinha forte relação de amizade com os Albuquerque Maranhão –, escreveu uma biografia de Pedro Velho, na qual trata da personalidade desse líder: CASCUDO, Luís da Câmara. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Editora da UFRN, 2008. O historiador Renato A. Peixoto discute sobre as estratégias do referido grupo familiar para vencer as disputas identitárias frente a outros grupos políticos, em especial o do Seridó, e se consolidar como líder do regime republicano no estado: PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidades e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. *Revista de História Regional*, v. 15, p. 169-193, 2010.

No ano de 1904, em 28 de abril, um leitor indignado com as cenas de animais pastando em logradouros públicos de sua cidade escreve ao dr. Manoel Dantas, à época redator-chefe d'*A Republica* (órgão oficial do Partido Republicano Federal no RN – PFR-RN), reclamando maior atenção e fiscalização da Intendência no cumprimento de suas resoluções. Segue, com tom de indignação, a reclamação:

Ha tempos, o governo municipal, entendendo (...) que as ruas desta capital devem ser destinadas exclusivamente ao transito (...) ordenou a retirada dos gados que as estavam convertendo num campo de criação.

Parece, entretanto, que estão desrespeitando tão util e previdente medida do governo municipal, porque, pelo menos em algumas ruas da Ribeira e da Cidade Nova, as vaccas, cavallos, burros, cabras e ovelhas pastam livremente (...).

Precisamos ver em que ficamos: ou cidade ou campo de criação (A REPUBLICA, 28 abr. 1904)⁷.

O autor, anônimo, destacava de início a boa ação do governo municipal de proibir que o gado pastasse pelas ruas de Natal, pondo em xeque o seu estatuto de cidade. De fato, uma das primeiras leis municipais criadas pela Intendência, no ano de 1893, afirmava em seu artigo 1º que “É expressamente prohibido animaes soltos nas ruas e praças publicas desta cidade (A REPUBLICA, 07 jan. 1893)”.

A medida, porém, parecia não ter surtido o efeito desejado. No bairro comercial da Ribeira e, na Cidade Nova, único bairro planejado da cidade, destinado à elite local, os animais, soltos pelas ruas, continuavam a enfeiar a urbe e trazer prejuízos aos proprietários destes locais, gerando um problema que parecia não ter fim e que levava ao questionamento do título de cidade dado a Natal.

A resolução de nº 3/1893 não gerou o resultado desejado. Onze anos após sua publicação, vemos a reclamação acima referida, mostrando a incapacidade da Intendência de executar as normas impostas por suas leis. Outras resoluções vieram em seguida tratando do mesmo tema, como a de nº92/1904; a de nº 127/1909; e, por fim, uma sem número, publicada em 04 de maio de 1911. A lei teria conseguido, enfim, seu propósito de reformar o inveterado costume local de fazer das ruas da urbe pasto de criação? Ou ainda seria comum neste tempo ver bois, cabras e ovelhas pastando pela cidade? É de se imaginar a revolta daquele cidadão anônimo ao ver um porco, por exemplo, pastando em uma belíssima palmeira imperial, posta na esquina de uma das largas avenidas planejadas do bairro de Cidade Nova.

⁷ Nas citações de fontes da pesquisa, optamos por manter a grafia de época.

Mas ele havia de entender que reformar costumes antigos não era tarefa fácil. A busca pela construção de uma nova ordem, que pode ser sentida na elaboração dessas leis, batia de frente com hábitos inveterados e com a realidade complexa do meio urbano, formado por outros grupos sociais, os quais, além de possuírem uma visão distinta da elite em relação ao espaço em que viviam, deviam ter pouco acesso ao conteúdo da lei, levando-se em conta que a esmagadora maioria da população era analfabeta⁸.

Não queremos fazer uma leitura simplista, reducionista, para explicar o fracasso da Intendência em seu projeto modernizador. A dificuldade de acesso à lei era apenas um fator, secundário, diga-se de passagem, diante de outros que tornavam complexa a reforma de costumes que algumas leis desejavam implementar. Essa reforma passava também por mudanças de ordem material na cidade, o que incluía, entre outras, as obras de saneamento. Para termos uma ideia da necessidade dessas obras, uma matéria d'*A Republica*, do ano de 1929, apontava que 6.500 casas em Natal não possuíam esgotamento sanitário, número bastante elevado, se levarmos em conta que a população local não devia passar dos 35.000 habitantes⁹. O'Grady, prefeito da cidade¹⁰ à época, também ressaltava na mesma edição do jornal que a falta de saneamento era um dos principais problemas da capital (A REPUBLICA, 01 jul. 1929). Urinar no mercado público, costume deplorável aos olhos de um cidadão da elite, como veremos adiante, pode ser tido como um ato comum, explicado, ao menos parcialmente, quando nos damos conta dos problemas de ordem material vividos pela cidade.

Voltando ao relato do cidadão anônimo, chamou-nos a atenção a sua derradeira frase. Afinal, seria correto chamar Natal de cidade ou, pelo seu aspecto físico e, antes de tudo, pelos comportamentos que se observavam dos grupos populares, seria mais apropriado chamar a capital potiguar de campo de criação? Malgrado o estigma de cidade colonial, de ruas tortuosas, caminhos enviesados, que vemos em crônicas de Cascudo e do Braz Contente

⁸ Não temos dados precisos sobre o índice de analfabetismo da população potiguar nesse período. Todavia, no relatório do governador Alberto Maranhão, do ano de 1904, as primeiras palavras sobre a situação da educação local são desoladoras: “Não posso, infelizmente, manifestar-me em termos lisonjeiros no tocante á instrução publica”. Em seguida, justificando tal situação, o governador trata da “inaptidão dos professores” e afirma que “as subvenções dadas ás intendências são improficuas”. Ao todo, havia cerca de 4300 alunos matriculados no ensino primário em todo o estado em 1904, ver: RIO GRANDE DO NORTE. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904*. Natal: Typ. d'A Republica, 1904. p. 7-8. Não é à toa que Eloy de Souza e Januario Cicco, entre outros membros da elite local, pediam ao poder administrativo maior atenção à educação da população local, sem a qual a obra “civilizatória” e “progressista” que o referido grupo social desejava empreender na capital potiguar não alcançaria êxito.

⁹ Segundo CASCUDO, em 1920 a população de Natal era de 30.696 habitantes. Vinte anos depois, a cidade teria cerca de 55 mil habitantes (CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980, p. 77). Infelizmente, nos faltam dados precisos sobre a população entre 1920 e 1940.

¹⁰ O cargo de prefeito foi instituído pelo decreto estadual nº 365/ 1927. O Conselho de Intendência Municipal passou a ter funções apenas deliberativas e não mais executivas.

(pseudônimo adotado por Manoel Dantas)¹¹, entre outros, parecia incomodar mais à elite local esse aspecto rural que pairava sobre Natal. É o que percebemos por denúncias como esta e por uma série de resoluções que insistem em confirmar o estatuto de cidade de Natal, pela negação de práticas que seriam típicas do ambiente rural.

A preocupação deve ter se tornado mais intensa entre os anos de 1902 e 1904, período marcado por fortes secas que atingiram o sertão do Rio Grande do Norte. Inúmeras matérias publicadas no ano de 1904, tanto n' *A Republica*, quanto no *Diário*, jornal da oposição comandado pelo cel. Elias Souto, apresentam o drama dos sertanejos que fugiam de sua terra e vinham para a capital¹², quando não tomavam rumos ainda mais distantes, indo normalmente parar no extremo norte da nação¹³.

O jornal *A Republica* dá-nos conta de que no primeiro semestre de 1904 ao menos 15 mil pessoas saíram de suas cidades para trabalhar em obras na capital do Estado (A REPUBLICA, 21 jun. 1904), carregando e quebrando pedras, em troca de salário e alguma alimentação. Ao todo, o governo federal liberou um crédito de 175 contos de réis (A REPUBLICA, 03 jun. 1904) para auxílio aos flagelados, o qual foi essencialmente gasto em obras públicas, provocando a revolta do líder oposicionista Elias Souto.

Além disso, as contas do Governo não convenciam o líder da oposição que, sempre com a língua afiada, sugeriu na coluna DIA A DIA, do seu *Diário de Natal*, o caminho que teria tomado tanto dinheiro:

Tem causado, de certo, verdadeiro pasmo o procedimento, governador Augusto Lyra, com relação as obras publicas que tem feito e continua, a fazer s. excia.(...) sob o *martello* do *mandai pagar* ao major Theodosio Paiva [presidente da Intendência entre 1920 e 1922; à época era fiscal do Tesouro do Estado] (...).

(...) Ahí estão as obras publicas mandadas faser por s. excia. á custa dos dinheiros destinados para os flagellados da secca(...) [...]

E uma cousa singular: todos os calçamentos de praças e ruas feitos são em torno, ou derredor das casas do dr. Pedro Velho, genros, irmãos e sobrinhos [...] (DIARIO, 09 fev. 1905)

¹¹ Ver crônicas de Cascudo sobre o Plano Geral de Sistematização de Natal (A REPUBLICA, Natal, 30 out. 1929) e de Manuel Dantas (A REPUBLICA, 14 jun. 1918). Sobre o discurso de negação da cidade colonial e sua importância no planejamento de reformas para a capital na década de 1920, ver: DANTAS, George. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em natal nos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo (USP). São Carlos, 2003.

¹² Sobre as imagens formadas acerca do retirante da seca em Natal, ver: FERREIRA, A.; DANTAS, G. (org.). *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Op. cit., p. 45-68.

¹³ Segundo matéria d' *A Republica*, mais de 6.500 sertanejos já haviam deixado o estado, indo a maioria deles para o extremo Norte (4.939), ver: A REPUBLICA, 28 abr. 1904.

Assim, a verba destinada para o socorro aos flagelados teria sido aproveitada em algumas custosas obras na capital do estado. Mas não por toda ela, certamente. Matérias do jornal Carioca *Diario da Manhã*, por meio de denúncias anônimas, também afirmavam que parte significativa do dinheiro destinado ao socorro aos flagelados estava sendo desviada. O governo, através do seu jornal, defendia-se como podia das acusações, em seguidas matérias que negavam veementemente o desvio de verbas denunciado pelo periódico da capital federal (A REPUBLICA, 3 fev. 1904; 29 fev. 1904; 01 mar. 1904; 05 mar. 1904; 07 mar. 1904; 30 abr. 1904.), sem apresentar, porém, argumentos convincentes que explicassem o gasto de uma verba que era praticamente três vezes superior ao orçamento da Intendência da capital.

Se as obras públicas deixavam a desejar, atendendo apenas às necessidades daqueles mais próximos ao poder, o setor de serviços também não era dos melhores, levando alguns leitores d'*A Republica* a cobrar maior atenção da Intendência, responsável pela fiscalização dos serviços urbanos, cuja execução estava a cargo de terceiros. No início do ano de 1904, um outro cidadão não identificado reclamava do serviço de iluminação pública, fazendo apelo ao Coronel Joaquim Manoel:

A iluminação publica n'estes ultimos dias tem estado abaixo da critica. As chaminés e vidros dos lampeões estão ainda mais embaçados do que a consciencia de um condemnado! [...]
O honrado presidente da Intendencia devia chamar o alferes Antonio de Macêdo á ordem, obrigando-o a nos dar luz, luz! (A REPUBLICA, 23 jan. 1904)

Um campo de criação, segundo a primeira crítica que aqui expusemos, e ainda por cima, muito mal iluminado! Vendo o alferes Macêdo tomando conta do serviço e obtendo lucros sem quase nada fazer, de maneira que apenas a luz da lua iluminava a cidade, o autor da denúncia rogava ao presidente da Intendência que cobrasse providências do responsável pelo serviço de iluminação elétrica.

Denúncias outras serão feitas no mesmo jornal, relacionadas a diferentes campos que deveriam ser fiscalizados pela Intendência, tais como o mercado público, lotado de açambarcadores de mercadoria; o serviço de limpeza, que muito deixava a desejar, cobrindo apenas de tempos em tempos um curto espaço da cidade; além das já citadas sobre a parca iluminação pública da capital. Merece destaque, entre elas, o BILHETE POSTAL do senhor Felix Mimoso (provavelmente pseudônimo). Eis um trecho de sua comunicação dirigida ao *illustre redactor chefe da A Republica*:

O objectivo das linhas presentes, sr. redactor, consiste em pedir que essa folha democratisadora, em nome da moral e da salubridade publicas, reclame serias providencias do patriotico governo municipal (...) no sentido de não mais continuarem a funcionar na praça do mercado (...) os barbaros, os pavorosos *mictorios* que se offerecem alli á serventia da pobre gentalha (A REPUBLICA, 06 maio 1924).

O trecho exposto é antecedido por dois parágrafos em que o sr. Felix Mimoso mostra-se ironicamente conformado com os serviços urbanos da capital. O tom de conformismo muda, porém, no trecho exposto. Urinar na praça do mercado municipal parecia mexer mais com os brios de alguém que desejasse a sua cidade, capital do Estado reitere-se, o grau de civilizada. Era ato *barbaro* e só podia fazer parte dos hábitos, nas palavras do denunciante, de uma *pobre gentalha*. Além disso, a atitude contrariava o estabelecido no § 1º do Art.º 54 da Resolução nº 92, recém publicada, que proibia que se urinasse no interior do mercado público ou em qualquer dependência sua sob pena de prisão por 24 horas.

Para Félix Mimoso e outros denunciantes era como se os outros grupos sociais que formavam a urbe, em especial os mais humildes, fossem uma tábula rasa sobre a qual pudessem deitar normas e leis condizentes com a alma enobrecida da elite. Pareciam desconhecer ou desprezar o descompasso existente entre seus anseios reformadores e o progresso (ou a ausência dele) material da cidade, como buscamos enfatizar anteriormente.

Vemos que leis eram muitas, embora se encontrassem esparsas, e não reunidas em um único documento, algo que só viria a ser projetado na gestão de Omar O'Grady (A REPUBLICA, 29 maio 1925). Não era delas, todavia, que os denunciantes reclamavam, e sim da falta de atitude do *patriotico governo municipal*, do Conselho de Intendência da Capital. Mas o que esperar de uma instituição, como já dito, com pouca autonomia? Lembremos que à frente do PFR e dos negócios públicos do Estado, estava a centralizadora figura de Pedro Velho, administrando por conta própria a capital, nada deixando ao coronel Joaquim Moura, segundo relatava o ardiloso Coronel Elias Souto:

O director supremo do Estado (...) continuou a sua politica de absorpção cada vez mais accentuada. Annullou completamente o congresso legislativo do Estado, o governador e a Intendencia municipal da capital. Legislou e governou a seu talante o Estado e o municipio da capital (...) (DIARIO, 01 jan. 1905).

O coronel Joaquim Manoel, como bom discípulo, permaneceu na presidência do Conselho de Intendência até o ano de 1913. A cidade progrediu em alguns aspectos: chegou o bonde, a iluminação elétrica, o teatro Carlos Gomes passou por uma significativa reforma.

Nenhuma dessas obras, porém, foi realizada com verbas do governo municipal, que não tinha significativa autonomia financeira para gerir seus negócios, como vemos por meio dos relatórios de governo e resoluções orçamentárias.

Nos jornais, diversas reclamações sobre a gestão urbana continuavam a ser publicadas, revelando uma instituição inerte, incapaz de solucionar os problemas mais simples enfrentados pela cidade. Mas, a cada ano de eleição, o nome de Joaquim Manoel permanecia na chapa montada pelo PRF para a formação do Conselho de Intendência. O homem tinha prestígio. Era grande comerciante local, membro da Associação Comercial e sócio-fundador do Banco do Natal. Tinha, também, bons relacionamentos: sua primeira esposa, Justina Brandão, era irmã de Alexandre O'Grady, republicano histórico que fez parte do 1º Conselho de Intendência. Em 1911, casou-se com Terceira Lyra (A REPUBLICA, 09 ago. 1911), irmã de Tavares de Lyra, o qual era genro de Pedro Velho. Suas filhas, Nanete e, em seguida, Anna Dulce Moura, casaram-se com Ernesto Maranhão, filho do já referido Pedro Velho (A REPUBLICA, 18 mar. 1909; 21 dez. 1909). O cel. Quincas Moura, como era conhecido o presidente da Intendência, só saiu mesmo dessa instituição quando se elegeu deputado do Congresso estadual em 1913.

A partir de 1914, os Albuquerque Maranhão, grupo familiar que então comandava a política local, começaram a se desarticular. O estado passava por uma crise econômica, gerada pelos períodos de seca e pela dificuldade de amortizar a dívida contraída em 1910, a partir de empréstimos realizados a bancos franceses. Instalou-se na capital um cenário de crise urbana que só seria superado na década de 1920, nas gestões do dr. Manoel Dantas e, a partir de 1924, do seu genro¹⁴, o engenheiro Omar O'Grady, filho de Alexandre O'Grady. A Intendência incrementou suas rendas e, com maior capital, investiu mais da metade de seu orçamento em obras públicas. A gestão, por meio de uma reforma dos departamentos da Intendência, burocratizou-se, tornou-se mais eficiente, dinâmica.

NOVOS RUMOS: A INTENDÊNCIA DA CAPITAL POTIGUAR NAS MÃOS DO ENGENHEIRO OMAR O'GRADY

Em 1926, o cronista Luís Torres, em texto intitulado *A Cidade*, recorreu ao mito de Babel para explicar as transformações pelas quais a cidade do Natal vinha passando na gestão

¹⁴ Foi casado também com suas duas filhas: Isabel Dantas e, após a morte desta, com Leonor Dantas. A prática não era incomum para a época. Importava mesmo preservar os laços de família.

do engenheiro Omar O'Grady. Segundo o autor, desde que o homem havia se lançado à empreitada de construir uma torre que tocasse as nuvens, comunicando a terra aos céus – fracassando em tão arrojadada ação, de modo que recebeu como castigo divino a confusão das línguas – desde então, o homem não mais se lançara a empresas tão audaciosas. E era deplorável, segundo o cronista, “que, tendo-se esquecido das grandes [empresas], também muitas vezes se deslembra das pequenas”.

Algo, porém, parecia ter mudado no ano de 1924, e o homem voltara a se aventurar em grandes obras. Na visão de Torres, Natal vivia profundas mudanças que também não passavam despercebidas por outros homens da época. O escritor as expressava nos seguintes termos: “Na verdadeira transformação que o actual governo do município está sujeitando, com tão larga visão, a capital, tornando as ruas bolorentas e colonias [sic] em modernas e escorreitas, antevejo sempre a cidade que ha de vir - a cidade nova” (A REPUBLICA, 28 mar. 1926).

Natal deixava de ser, na visão do cronista e de outros de seu tempo uma espécie de Bockharam, de cidade escondida entre as dunas, como o era a cidade oriental pelas cavernas, de urbe acanhada, cujo “labirinto de corredores, ruas e praças” (A REPUBLICA, 13 jan. 1904) lembrava as marcas, bem conservadas ainda, de seu passado colonial. Mas voltemos um pouco no tempo, para que possamos entender o otimismo da elite local em relação à nova gestão da cidade.

Uma das primeiras ações do governo O'Grady foi a elaboração da resolução de nº 241, aprovada em janeiro de 1925. A citada lei autorizou o presidente da Intendência a formular um novo regulamento interno para a organização do poder municipal¹⁵, o qual foi concluído e publicado em maio daquele ano, alterando por completo o funcionamento da administração do município.

A necessidade de criar uma nova estrutura para a administração da cidade foi explicada por O'Grady no relatório da gestão municipal do ano de 1926. Segundo o gestor, a organização dos departamentos da Intendência deveu-se ao desenvolvimento financeiro do município e ao conseqüente aumento de serviços públicos (INTENDENCIA, s.d.). A nova estrutura visava aumentar a eficiência das atividades do poder municipal, investindo em um quadro de funcionários especializados e aumentando, na medida em que estabelecia normas precisas de suas funções, a sua capacidade de trabalho.

¹⁵ É importante destacar que, no ano anterior, o Governo do Estado passou também por uma reforma administrativa, chefiada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, a qual dinamizou a gestão estadual, com a instituição de departamentos com quadro de funcionários próprios e com maior autonomia em relação à estrutura anterior, mais centralizada.

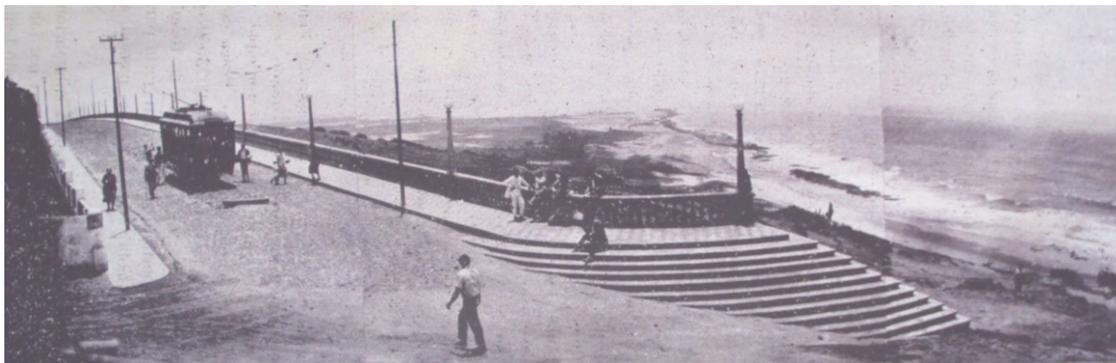
As características apontadas por Weber (WEBER, 1966, p. 17-32) como as típicas do regime burocrático¹⁶ estavam presentes no regulamento criado e posto em prática por O'Grady para reformular a administração local. O novo gestor, em acordo com as ideias de seu sogro e antecessor, Manoel Dantas, acreditava que a Intendência não podia dar conta das necessidades da capital potiguar, que crescia em termos populacionais, tinha multiplicado o seu movimento financeiro e o volume das obras públicas e dos serviços urbanos, com uma estrutura administrativa arcaica e ineficiente.

A nova organização administrativa, aliada ao uso de conhecimentos-perito (GIDDENS, 2001, p. 15-60) como o higienismo e, em especial, o urbanismo, davam à Intendência, como instituição, um caráter de impessoalidade, neutralidade. A gestão municipal seria, a partir dessa reforma administrativa, guiada pelos saberes técnicos, por normas claras de administração e por membros especializados. Sabemos, porém, que essa impessoalidade/neutralidade não passa de um ideal inalcançável. Antes de tudo, em virtude dos laços de amizade e familiares que ligavam os que administram a cidade nesse início de século XX, como vimos há pouco. Além disso, deve-se considerar a neutralidade do conhecimento é um dogma já caído; é fácil reconhecer hoje que o saber técnico é guiado pelas mãos de quem o cria e/ou de quem dele se apropria. Por fim, a burocracia é analisada por Weber como um *modelo*, uma construção do *tipo ideal* e, como tal, suas características não podem ser plenamente postas em prática.

De qualquer modo, esse processo de reforma administrativa deu à instituição meios mais eficientes para gerir o espaço urbano da capital potiguar. Na administração O'Grady, diversas obras possibilitaram a remodelação do cenário urbano natalense. Uma das principais foi a construção da Avenida Atlântica. Amplas, largas, as avenidas eram tidas como artérias (a visão da cidade como um organismo vivo era muito comum à época) e permitiriam uma circulação mais rápida de pessoas e mercadorias pela cidade, interconectando os seus diferentes espaços. Este argumento funcional para a abertura de avenidas era acompanhado pela concepção de que essas artérias embelezavam a cidade.

¹⁶ O conceito de burocracia, hoje ligado às ideias negativas de atraso, morosidade e ineficiência, foi analisado pelo sociólogo alemão Max Weber, no início do século XX. Segundo este estudioso, o regime burocrático fundamenta-se na organização de cargos/funções, estabelecidos por normas; na delimitação de áreas específicas de competência, definidas por uma divisão do trabalho sistemática; na construção de um princípio hierárquico por organização dos cargos/funções; na especialização dos membros do quadro administrativo, de modo a só serem admitidos *funcionários* habilitados a exercerem as atividades para as quais foram contratados; na separação clara entre dos membros da administração da propriedade dos meios produtivos e da administração, ver: WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Eduardo (org). *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966. p. 17-19.

Imagem 02: Panorama apanhado da rua das Dunas, término da balaustrada da Avenida Atlântica, concluída em 1926.



Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO 1926, s.d – a.

O relatório municipal de 1926 mostrava que a cidade começava a ser remodelada por meio de diversas obras. Além da Avenida Atlântica, concluída naquele ano, e da estrada de rodagem que ligava o bairro das Rocas à região central da capital, o Conselho de Intendência investiu em diversas outras ações para aformosear a cidade, melhorar suas vias de comunicação e tornar mais racional seu traçado. Entre elas, estavam a construção do cais de desembarque na Tavares de Lyra (ver imagem abaixo), o novo calçamento na praça Augusto Severo, a reconstrução da ponte de Guarapes, na estrada de rodagem que ligava a capital à cidade de Macaíba, além da construção de uma galeria para drenagem das águas pluviais na Avenida Junqueira Ayres, sempre alagada nos períodos de chuvas.

Imagem 03: Cais de desembarque da Avenida Tavares de Lyra, concluído em 1927.

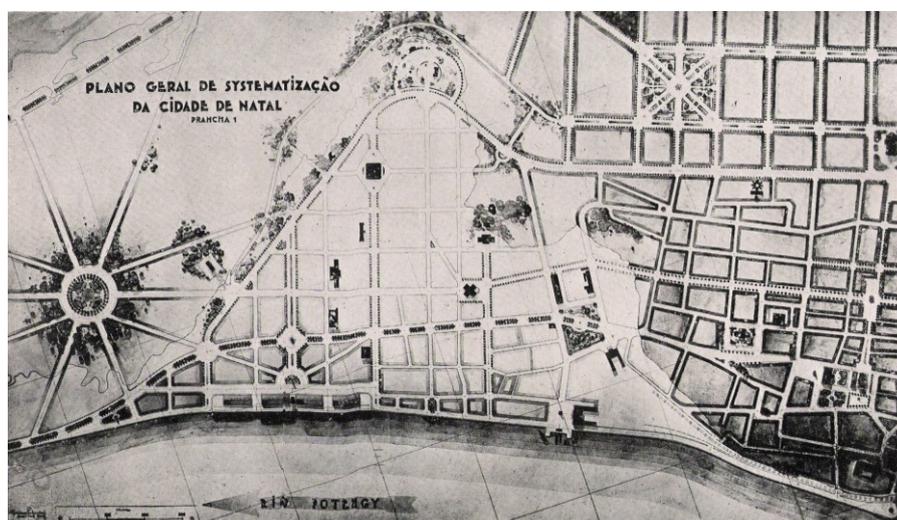


Fonte: INTENDENCIA Municipal. RELATORIO 1927, s.d – b.

Mas a principal ação da gestão O’Grady estava por vir. Em abril de 1929, a resolução de n. 304 finalmente autorizava o prefeito da capital potiguar a contratar, com profissional idôneo e de formação técnica, um plano de remodelação para a cidade. O escolhido para a execução da tarefa foi o arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo que, dois meses antes da aprovação do plano, dera uma entrevista ao jornal *A Republica*, fazendo observações sobre a cidade e o seu plano de remodelação.

Para Palumbo, “a cidade ideal deve ter do ponto de vista theorico duas partes bem distintas, ou melhor, uma parte baixa e outra alta”. Nesta perspectiva, propondo o zoneamento da cidade, o arquiteto defendia o bairro da Ribeira como o lugar ideal para o desenvolvimento do comércio local, ao passo que a Cidade Nova destinar-se-ia a abrigar o “corpo de habitação” da capital. O espaço da Cidade Alta poderia se tornar “aprazível e harmonioso” com “o desenvolvimento de bairros de residencia commum, tornados bairros jardins” (A REPUBLICA, 24 fev. 1929). Ao Alecrim, região suburbana, caberia a função de bairro operário da capital.

Imagem 04: Prancha 01 do Plano Geral de Sistematização de Natal. Natal parecia cumprir, enfim, o destino que lhe desejava a sua elite dirigente.



Fonte: CIGARRA, 1929.

No início de 1930, no relatório da gestão municipal, O’Grady apresentou as principais características do plano de remodelação da cidade e ressaltou a sua importância para o progresso de Natal. Educado nos Estados Unidos, o prefeito apontava a América com exemplo a ser seguido e, como se vê em outros textos sobre o Plano, afirmava a necessidade de se ordenar o crescimento citadino e de se projetar o futuro:

(...) Com o exemplo animador do que se vem fazendo em relação a “planos de cidades” nos outros países cultos, principalmente nos Estados Unidos, aonde quase toda cidade tem o seu “master plan”; com o despertar de uma fase de progresso na nossa cidade e tendo em vista a irregularidade e já insuficiência do nosso actual systema de arruamentos (...), não me parece justificavel que se permita, por mais tempo, a cidade crescer desordenadamente (...) (CIGARRA, 1929).

O senso prático e racionalidade norte-americanos, a capacidade de iniciativa típica dos *yankees*, esse maravilhoso desejo pelo progresso, eram qualidades que levavam o jovem gestor a ser admirado pelos membros da elite local (A REPUBLICA, 10 fev. 1905; 30 nov. 1924). O engenheiro, formado nos Estados Unidos, seria dotado, na visão dessa elite, da racionalidade americana para governar a capital potiguar, racionalidade que se fazia sentir no novo regulamento dos departamentos da Intendência e no Plano Geral de Sistematização de Natal, para nos referirmos àquelas que foram, certamente, as mais importantes ações de seu governo.

Mas a última dessas ações, o Plano de remodelação da cidade, acabaria não sendo posto em prática. O’Grady seria deposto em 1930, e o plano racional que planejava o futuro desenvolvimento da urbe e que a poria de vez no rumo do Progresso não sairia do papel. Teria sido diferente *se* o engenheiro tivesse se mantido no cargo de prefeito da cidade? Poderíamos fazer um exercício de imaginação para respondermos a essa questão, mas esse esforço, certamente, seria infrutífero. Há de se perceber, contudo, que o plano representava um ideal para a cidade. O que estava na prancha, como ideal, não poderia se transformar em realidade, não em sua plenitude, ao menos. O desejo por uma nova urbe, entretanto, havia, de alguma maneira, mudado o jeito de ser de Natal.

É importante que se diga, ainda, que a *nova* cidade que se via na gestão O’Grady não era para todos. Em 1905, um cidadão da elite local reclamava maior atenção do poder municipal em relação ao novo equipamento urbano inaugurado na cidade, o jardim da praça Augusto Severo, que vinha sendo usado por pessoas de “pé no chão” as quais, de modo descortês, de acordo com a fala do denunciante, ocupavam os bancos da praça, deixando as “nobres famílias” natalenses em pé (A REPUBLICA, 11 nov. 1905). Em 1925, O’Grady deu uma prática solução ao problema: criou, com apoio da Igreja Católica, o dispensário de pobres Sinfrônio Barreto, retirando os miseráveis, os “pés no chão”, das embelezadas ruas da cidade. A resolução municipal de nº 258/1925 completava a ação, proibindo a mendicância nos logradouros natalenses (A REPUBLICA, 09 jan. 1926).

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Civilizar a cidade e pô-la no caminho do progresso significava, para os que geriam Natal no início do século XX, alterar suas formas físicas, de maneira a romper com o passado colonial, ainda presente na cidade de ruas enviesadas e caminhos tortuosos. Representava, mais do que isso, reformar costumes, hábitos tidos como arcaicos e que confundiam a cidade com o mundo rural. A oposição clássica cidade x campo é percebida em algumas fontes, como crônicas e matérias de jornal, nas quais vemos sucessivos fracassos da elite em seu intento de transformar o comportamento da população local. Esse desequilíbrio, podemos assim dizer, entre a cidade *ideal* e a cidade *real*, era sentido por homens como Henrique Castriciano, e explicado muitas vezes pela falta de educação, de civilidade, que marcaria os de “pé no chão”, incapazes de compreender, para alguns dos membros da elite local, os progressos que a República trouxera para a capital.

Nesse contexto, a Intendência vivia de mãos amarradas pela lei e pelos laços existentes entre seus componentes e os que estavam à frente do PRF-RN e do governo do Estado. Ao menos até 1924, resumiu-se a criar resoluções, via de regra voltadas para a regulamentação da economia local (lembramos que os intendentes eram, em sua maioria, comerciantes) e a cumprir seu papel na sustentação do jogo oligárquico que marcou a política no estado ao longo da Primeira República, dado que o presidente da Intendência da capital assumia também a presidência da Junta apuradora das eleições no estado¹⁷.

Na obsessiva busca pela modernização, que marcou não só Natal, como o Brasil na virada do século XIX para o XX, a procura por modelos que guiassem a caminhada rumo ao progresso e pusessem o país, enfim, no “ritmo da história”, era uma constante (PIVA, 2000, p. 55-71). Na capital potiguar, O’Grady parecia ser, para a elite que apoiava seus planos, a própria representação do elemento estrangeiro, a encarnação desse pragmatismo e racionalidade americanos tão admirados por esse grupo. A cidade tinha, portanto, um modelo a seguir.

Em 1909, Manoel Dantas parecia descrever claramente o modelo de cidade desejado pela elite local. Em sua conferência intitulada *Natal d’aqui a cinquenta annos*, Dantas criou em sua fala uma cidade futurista, marcada pelo progresso e pela civilização; uma Natal cosmopolita, conectada por modernas vias de comunicação à América e à Europa, os centros

¹⁷ Ver, a respeito, SOUZA, Itamar de. *A República velha no Rio Grande do Norte*. Natal: Gráfica do Senado Federal, 1989. p. 165.

da civilização mundial. Essa urbe ideal, na qual o avanço da técnica superou as barreiras impostas pela natureza, era a realização suprema do Progresso.

Mas a Natal moderna criada por Dantas era impressionantemente vazia. Ela não tinha efetiva vida cívica e nem a expressão da diversidade que marca a vida moderna. Seu centro cívico levava o nome daquele que foi eleito o fundador da República potiguar, Pedro Velho, e o lema que Manuel Dantas recordava, associando vida social e evolução material, estampava claramente a orientação da modernidade natalense do período: "Façam o progresso que eu mantenho a ordem" (DANTAS, 1909, p. 21).

A elite que dirigiu Natal no início do século XX criou um moderno que é representado pela técnica, pelo progresso, pela racionalidade, pela ousadia de criar o novo. A diversidade, a heterogeneidade, a confusão, a desordem que também marcam a vida moderna e que estão presentes no mito da Babel, foram rejeitados por esse grupo, como vimos na crônica de Luís Torres. Os planos, projetos e obras deviam retificar a cidade, mantendo, contudo, a velha ordem social.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George (orgs.). *Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna (Natal, 1890-1940)*. Natal: Editora da UFRN, 2006. p. 121-135.

BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)*. 31p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.

BUENO, Almir. *Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: Editora da UFRN, 2002.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira; Natal: Editora da UFRN, 1980.

_____. *O livro das velhas figuras*. V. 7. Natal: Sebo Vermelho, 2002.

_____. O novo plano da cidade; I – A cidade. *A Republica*, Natal, 30 out. 1929.
CIGARRA, Natal, ano II, n. 5, 1929.

_____. *Vida de Pedro Velho*. Natal: Editora da UFRN, 2008.

DANTAS, George. *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em natal nos anos 1920*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo (USP). São Carlos, 2003.

DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui ha cincoenta annos*. Natal: Imprensa Official, 1909.

DIARIO do Natal, Natal, 1905; 1910.

FERREIRA, Angela et al. *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento em Natal – 1850 – 1969*. Natal: IAB-RN/CREA-RN, 2008.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 2001.

INTENDENCIA Municipal. RELATORIO apresentado á Intendencia Municipal de Natal pelo Presidente Omar O'Grady, em sessão de 1º de janeiro de 1927. Natal: Imprensa Diocesana, s.d.

_____. RELATORIO apresentado á Intendencia Municipal de Natal, em 2 de janeiro de 1928, pelo presidente Omar O'Grady. Natal: Imprensa Diocesana, s.d.

MEIRA, Olyntho José. *O Município: carta aberta ao Dr. Adolpho Gordo, então governador do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: s. ed., 1951.

PEIXOTO, Renato Amado. Espacialidade e estratégias de produção identitária no Rio Grande do Norte no início do século XX. *Revista de História Regional*, v. 15, p. 169-193, 2010.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte*.

A REPUBLICA, Natal, 1893; 1902-1910; 1918; 1925-1926; 1929.

RIO GRANDE DO NORTE. *Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*. Natal: Typ. da Empresa graphica de Renaud & Cª, 1896.

_____. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o Governo do Estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra no dia 25 de março de 1904*. Natal: Typ. d'A Republica, 1904.

SILVA, Josué; ESTEVAM, João; FAGUNDES, Emygdio. *A Maçonaria no Rio Grande do Norte*. Natal: A Imprensa, 1924.

SOUZA, Henrique Castriciano de. Lourival e o seu tempo – II. *A Republica*, Natal, 04 jul. 1907.

SOUZA, Itamar de. A República Velha no Rio Grande do Norte. Natal: Gráfica do Senado Federal, 1989.

WEBER, Max. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org). *Sociologia da Burocracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.